

Larosière quer que missão de consulta volte ao Brasil

por Paulo Sotero
de Washington

Ao regressar do difícil encontro que teve com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques De Larosière, em Washington, três meses atrás, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro disse, mais de uma vez, que "nunca mais" uma missão do FMI colocaria os pés no Brasil. Nesta semana Funaro estará novamente com De Larosière, na capital norte-americana, participando da reunião semianual do FMI e do Banco Mundial. E, segundo fontes familiarizadas com o FMI, De Larosière inevitavelmente lembrará ao ministro da Fazenda brasileiro que está na hora de o governo brasileiro marcar a data para a visita da missão anual do FMI ao País.

A missão que de Larosière quer mandar a Brasília não é exatamente a que Funaro tinha em mente quando baniu os técnicos do FMI do País. O ministro provavelmente se referia às missões associadas à negociação e execução dos recessivos programas de ajustamento econômico do FMI. A missão que de Larosière quer, e, mais do que isso, precisa mandar ao Brasil agora, é a que está consagrada no artigo 4º do convênio constitutivo da instituição. Normalmente chamada de missão de consulta, ou missão do artigo 4º, todos os anos ela percorre os 149 países-membros do FMI e prepara um relatório sobre a saúde financeira de cada um deles, que é, em seguida, submetido à diretoria executiva.

Essas missões não têm

mandato para negociar e limitam-se a coletar as informações necessárias para a elaboração do relatório. A única maneira de um país evitar essa visita anual dos técnicos do FMI é abandonar a instituição, o que não parece estar nos planos do governo brasileiro.

RELATÓRIO

A última missão de consulta esteve no Brasil em maio do ano passado. O relatório que ela elaborou foi discutido pela diretoria do FMI no dia 26 de agosto. Segundo fontes bem informadas, nessa mesma ocasião, o "board" do FMI colocou o Brasil num "ciclo de doze meses", o que indica, no jargão da casa, que o próximo relatório deve estar pronto para ser apreciado não depois de 26 de agosto deste ano.

"Na prática, isso significa que a missão de consulta deveria estar chegando ao Brasil em mais duas semanas. Depois são necessários pelo menos dois meses para a elaboração do relatório. E a regra do FMI é que a diretoria deve recebê-lo com um mês de antecedência", disse uma fonte. A extensão do prazo, por até três meses, é possível. Mas isso, lembra a fonte, demandaria a aprovação de um "waiver" pelos diretores do FMI, o que representaria um desastre adicional para as já chamuscadas relações entre o Brasil e o FMI.

Embora certamente estejam informadas a respeito da necessidade de se negociar a ida da missão do FMI ao País, até o momento as autoridades econômicas brasileiras não revelaram, ao menos em público, interesse pelo assunto.